

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 390.608 - SC (2013/0293333-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : **RAFAELA BARAZETTI E OUTROS**
REPR. POR : **CLARICE TEREZINHA ROTINI**
ADVOGADA : **ANA PAULA FONTES DE ANDRADE E OUTRO(S) - SC005967**
AGRAVADO : **BRADESCO SEGUROS S/A**
ADVOGADO : **ANDRÉ LUÍS LAJUS E OUTRO(S) - SC005629**

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 544 do CPC/73) interposto por RAFAELA BARAZETTI E OUTROS em face da decisão acostada às fls. 522-523 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, inadmitiu o recurso especial manejado pelos ora agravantes.

O apelo extremo, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 448-453 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA. CONTROVÉRSIA SOBRE O VALOR A SER ATUALIZADO. AGRESSÃO À COISA JULGADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

Constando na parte dispositiva do acórdão que o valor da ação corresponde ao valor do certificado de acidentes pessoais emitido pela agravada e não ao valor lançado na inicial de execução de sentença, aquele é o valor a ser atualizado, sob pena de agressão à coisa julgada.

Opostos embargos declaratórios (fls. 464-467 e-STJ), restaram desacolhidos na origem (fls. 464-499 e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 503-512 e-STJ), alegaram os insurgentes que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: (i) artigo 535 do CPC/73, porquanto não sanados os vícios apontados nos aclaratórios; e, (ii) artigos 467, 468, 471 e 745 do CPC/73, aduzindo que inexistiria violação à coisa julgada.

Sem contrarrazões.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre, ensejando a interposição do presente agravo (art. 544 do CPC/73), cuja minuta está acostada às fls. 526-536 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. Afasta-se, de início, a alegação de negativa de prestação jurisdicional. Não se verifica ofensa ao artigo 535, inc. II, do CPC/73 quando o Tribunal decide, de modo claro e fundamentado, as questões essenciais ao deslinde do feito. Ademais, a Corte estadual não está obrigada a se pronunciar sobre todos os pontos invocados pelas partes, apenas aqueles necessários à solução da lide, conforme a jurisprudência desta Corte.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no REsp 1545617/SC**, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 18/10/2016; **AgInt no REsp 1596790/SP**, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 20/10/2016; **AgInt no AREsp 796.729/MT**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016; **AgRg no AREsp 499.947/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 22/09/2016.

Alegou a recorrente que o acórdão impugnado restou omissos em relação à tese de inexistência de coisa julgada.

Todavia, conforme trecho a seguir citado, o Tribunal local tratou expressamente da questão.

Como visto, as teses da insurgente foram apreciadas pelo Tribunal *a quo*, que as afastou apontando os fundamentos jurídicos para tal.

Não há que se falar, portanto, em omissão, sendo certo que os embargos de declaração não se constituem via própria para rejugamento da causa, não havendo espaço para análise de inconformismo quanto ao entendimento adotado.

Nesse sentido: **REsp 1432879/MS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 19/10/2018; **EDcl nos EDcl no REsp 1641575/RJ**, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018; **EDcl no AgInt no REsp 1666792/ES**, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 22/05/2018; **AgInt no AREsp 1179480/RS**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 06/03/2018; **AgInt no REsp 1598364/RS**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 22/08/2017; **EDcl no AgInt no AREsp 471.597/RJ**, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 20/06/2017.

Afasta-se, portanto, a alegada violação ao artigo 535 do CPC/73.

2. No mérito recursal, extrai-se o seguinte do acórdão proferido pela Corte local (fls. 451-452 e-STJ).

O dispositivo do acórdão dos embargos de declaração opostos na Apelação Cível n. 1997.000063-4 foi claro ao estabelecer que: "o pedido é de indenização pelo valor do certificado" (cópia do acórdão juntada às fls. 124 a 126). O certificado ao qual se refere o acórdão é constante à fl. 61 destes autos.

[...]

A pretensão da agravante, Rafaela Bazaretti, representada pela mãe Clarise Terezinha Rotini, é, pelo menos, contraditória pois em determinado momento processual recorre a esta Corte de Justiça postulando que seja reconhecido como valor da ação de execução o valor do certificado, fl. 61, e em outro ¶Ia recorre postulando que o valor da execução é o de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

A aspiração de que seja reconhecido como valor da execução o de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) não merece acolhida, pois se fosse alterado o valor, daquele do certificado para aquele lançado na inicial da ação de execução, averia flagrante agressão à coisa julgada material (art. 5, inc.

Superior Tribunal de Justiça

XXXVI, CFRB 1988), tendo em vista que a matéria foi decidida em sede de embargos de declaração opostos na Apelação Cível n. 1997.000063-4, fls. 253 a 255, constan o expressamente em seu dispositivo (fl. 255).

O acolhimento da pretensão recursal demandaria o exame das provas dos autos a fim de apurar a qual "certificado" o título executivo judicial se referia.

O recurso encontra óbice, portanto, na Súmula 7/STJ.

3. Ademais, os insurgentes sustentam, também, que teria ocorrido preclusão, já na fase de execução, pois não foram impugnados os cálculos apresentados pela parte exequente.

Sobre tal tese, todavia, não houve pronunciamento por parte da Corte de origem. E, ainda que sustentada a violação ao artigo 535 do CPC/73, não foi apontada, especificamente, omissão em relação a esta matéria.

Incidente, portanto, o óbice da Súmula 211/STJ.

4. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, **nega-se provimento ao agravo em recurso especial.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator